

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA - NR 2/2026

Autoria: EXECUTIVO

SANTA HELENA DE GOIÁS, GO, 15 de Janeiro de 2026

Institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Santa Helena de Goiás e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Mobilidade Urbana do Município de Santa Helena de Goiás – PlanMob/SHG, como instrumento de planejamento, gestão e orientação da política municipal de mobilidade urbana, nos termos da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

Art. 2º O PlanMob/SHG tem por finalidade orientar as ações do Poder Público Municipal relativas à circulação de pessoas e cargas, aos modos, serviços e à infraestrutura de mobilidade urbana, atendendo às necessidades atuais e futuras da população.

Art. 3º O PlanMob/SHG aplica-se à totalidade do território do Município de Santa Helena de Goiás, observadas as características locais, o porte populacional do Município e a inexistência de conurbação metropolitana.

Art. 4º Integram esta Lei, para todos os fins legais:

- I – Anexo I – Diagnóstico, Princípios, Objetivos e Diretrizes Gerais do Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- II – Anexo II – Metas, Ações Prioritárias e Estimativas de Investimento para o triênio 2026–2028.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 5º O PlanMob/SHG rege-se pelos seguintes princípios:

- I – prioridade aos modos de transporte não motorizados;
- II – acessibilidade universal;
- III – segurança viária;
- IV – sustentabilidade ambiental;
- V – eficiência e racionalidade na circulação urbana;
- VI – integração entre planejamento urbano e mobilidade;
- VII – transparência e gestão democrática.

Art. 6º São objetivos do PlanMob/SHG:

- I – organizar e qualificar a circulação urbana de pessoas e cargas;

- II – reduzir conflitos viários e riscos à segurança no trânsito;
- III – promover melhoria contínua da infraestrutura destinada aos pedestres;
- IV – incentivar o planejamento e a futura implantação de infraestrutura cicloviária;
- V – fortalecer a capacidade institucional do Município para planejar, monitorar e captar recursos destinados à mobilidade urbana.

Art. 7º Constituem diretrizes estratégicas do PlanMob/SHG:

- I – organização do sistema viário e da circulação de cargas;
- II – qualificação da mobilidade a pé e da acessibilidade urbana;
- III – promoção da segurança viária e da educação para o trânsito;
- IV – planejamento e gestão integrada da mobilidade urbana;
- V – monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano.

TÍTULO III

DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANMOB/SHG

Art. 8º O monitoramento da execução do PlanMob/SHG será realizado por meio de procedimentos administrativos internos, denominados Sistema de Monitoramento do PlanMob/SHG.

§ 1º O Sistema de Monitoramento do PlanMob/SHG não constitui órgão, entidade, conselho, comissão permanente ou unidade administrativa.

§ 2º O Sistema de Monitoramento não implica criação de cargos, funções, estruturas administrativas ou geração automática de despesas.

Art. 9º O Sistema de Monitoramento contará com a participação técnica e colaborativa das seguintes áreas do Poder Executivo Municipal:

- I – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II – Secretaria Municipal de Trânsito e Guarda Municipal;
- III – Secretaria Municipal da Cidade, por meio do setor de Fiscalização e Posturas;
- IV – Secretaria Municipal de Planejamento, quando houver;
- V – Secretaria Municipal de Infraestrutura ou Obras, quando houver.

Art. 10 O Poder Executivo publicará, a cada 2 (dois) anos, Relatório de Monitoramento do PlanMob/SHG, de caráter informativo e avaliativo.

Art. 11 O PlanMob/SHG deverá ser revisto no prazo máximo de 10 (dez) anos.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 12 As ações iniciais do PlanMob/SHG observarão as estimativas constantes do Anexo II, de caráter programático e não vinculante.

Art. 13 As despesas correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal, podendo ser suplementadas, bem como por transferências voluntárias, convênios e outras fontes legais.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei por decreto.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SANTA HELENA DE GOIÁS, 14 DE JANEIRO DE 2026.

IRIS MARTINS PARREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Santa Helena de Goiás, em conformidade com a Lei Federal nº 12.587/2012, como instrumento permanente de planejamento da política pública de mobilidade.

O modelo adotado é proporcional à realidade do Município, sem conurbação metropolitana, priorizando diretrizes, governança e execução gradual, sem criação de órgãos, cargos ou despesas obrigatórias continuadas.

As estimativas financeiras foram definidas de forma transparente e responsável, compatíveis com o porte do Município e condicionadas à legislação orçamentária vigente, além de habilitar Santa Helena de Goiás à captação de recursos externos.

GABINETE DO PREFEITO DE SANTA HELENA DE GOIÁS, 14 DE JANEIRO DE 2026.

IRIS MARTINS PARREIRA
PREFEITO MUNICIPAL